

Senadores devem ir a Washington

O ministro, da Fazenda, Gustavo Krause, convidou ontem representantes do Senado para acompanharem a equipe econômica que vai aos Estados Unidos, no dia sete de dezembro, para retomar contatos com os organismos multilaterais. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vão formalizar, em Washington, a sua participação como fonte de garantias do governo brasileiro no acordo com os bancos credores privados.

Krause e o negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, defenderam no dia 25 o protocolo acertado em julho com os bancos privados, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Apenas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou em dúvida a capacidade do Brasil honrar os compromissos contidos no acordo. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vai votar na quarta-feira o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria, sobre o protocolo. Se aprovado, o parecer deverá passar ainda no plenário do Senado.

Fogaça, que participou das negociações em julho, em Nova Iorque, deverá ser um dos representantes do Senado na viagem da nova equipe econômica aos Estados Unidos. Pedro Malan disse que 70 dias depois do plenário do Senado aprovar o protocolo, começará o processo de adesão dos mais de 700 bancos credores ao acordo, que envolve uma dívida de US\$ 56 bilhões. E Fogaça explicou que depois da adesão dos bancos credores, o acordo deverá voltar ao Senado para que os senadores saibam quais foram as opções dos credores.

O acordo prevê a emissão de sete tipos de bônus, que substituirão os papéis velhos por novos títulos. Para Fogaça, o ideal é que haja um equilíbrio na combinação das várias opções, para evitar o que aconteceu na renegociação argentina, onde os credores escolheram 80% de bônus a par (que conservam o valor de face do título antigo) e somente 15% dos bônus de desconto da dívida. Ao optar pelo bônus a par, o devedor obtém uma redução dos juros a longo prazo.